



Alfa
Luis
auf

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E UM

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, na sequência da situação excecional que se vivencia no concelho de Tabuaço, a respeito da COVID-19, e com vista a prevenir e mitigar a transmissão do vírus SARS-CoV-2, reuniu a Assembleia Municipal, com recurso à videoconferência e no Salão Nobre dos Paços do Município, com a presença de vinte e seis membros, verificando-se as ausências dos deputados **Arlindo Augusto Genésio Gouveia** e **José Fernando Pereira**, que justificaram as respetivas faltas. -----

Os Presidentes das Juntas de Freguesia da Desejosa, da União das Freguesias de Paradela e Granjinha e da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira fizeram-se representar, respetivamente, por **Faustino Jesus Macedo** (Secretário), **António Joaquim Monteiro Ribeiro** (Secretário) e **Leonel Cristóvão Dias Fernandes** (Secretário). -----

Efetuada a chamada e verificado o quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, respetivamente, primeiro e segundo-secretários. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente da Câmara, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e pelo Vereador **José Carlos Oliveira da Silva**. -----

Seguidamente, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual consta a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

- I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----
- II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----
- III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

PONTO DOIS: Apreciação do relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano de 2020 [cfr. n.º 2 do artigo 32.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município nos anos de 2020 e 2021 [cfr. n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

PONTO QUATRO: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

De seguida, pela secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, foi lida a ata da sessão ordinária realizada a vinte e três de dezembro do ano dois mil e vinte, a qual foi aprovada com a maioria de vinte e dois votos a favor e a abstenção dos deputados **Alexandre Paulo da Silva Ramos** e **Eduardo Rodrigues Mendes** e do **Presidente da Junta de Freguesia da Granja do Têdo**, justificada pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, não se encontrava *online*. -----

No **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tal como aconteceu na reunião anterior, a legislação emanada no âmbito das alterações e das contingências sofridas pela COVID-19, prevê algumas condicionantes para salvaguarda de todos os intervenientes nas reuniões, frisando que na convocatória bem como no respetivo edital, está mencionado que os cidadãos que pretendessem intervir na reunião deveriam ter enviado até às dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro do ano dois mil e vinte e um *e-mail* (no qual constasse o nome, morada e contacto telefónico) a dar conta desse facto, podendo optar por uma das seguintes modalidades: remeter o ficheiro em formato MP3, WMA ou WVA da comunicação previamente gravada que pretendessem realizar; ou efetuar a inscrição e solicitar a emissão de credencial para intervir através de videoconferência. -----

Posteriormente, o Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que não houve nenhuma inscrição a solicitar intervenção na reunião, pelo que se deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência expedida, nomeadamente à senhora Procuradora da República do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. Deu ainda nota que no seguimento da deliberação da última reunião da Assembleia Municipal, aquando da aprovação do Regulamento da Loja Social do Município, foi constituído um grupo de trabalho onde participaram o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e a secretária da Assembleia Municipal, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e cuja reunião decorreu no dia vinte e cinco de fevereiro, nos Paços do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para explicar o desenvolvimento dos trabalhos que houve nesse grupo de trabalho. -----

O deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** deu conhecimento que a reunião demorou cerca de três horas e que correu bastante bem. Expôs que foi feita a alteração de cinquenta por cento do regulamento, porque tal como tinha mencionado aquando da reunião anterior, na qual não teve hipótese de enunciar tudo aquilo de que discordava e que achava que estava incorreto, o regulamento tinha erros grosseiros em termos de linguagem técnica jurídica, qualificações, requisitos de elegibilidade e legitimidade e inclusive erros de construção gramatical. Informou ainda, que na reunião foram discutidas as alterações propostas pela Assembleia Municipal, bem como aceites algumas das sugestões feitas pelas Técnicas do Município, sendo que o regulamento irá agora ser construído de acordo com o que foi delineado e espera que seja colocado a aprovação na próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

O deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** referiu ainda algumas notas que julga serem essenciais. A primeira e tendo em conta o que lhe tinha sido dito pelo Presidente da Câmara aquando das suas objeções foi-lhe dada razão nas mesmas, porque na execução prática do regulamento apareceram problemas, principalmente no âmbito da atribuição de ajudas técnicas que foi dificultado, porque alguns dos documentos que lá existiam, por uma questão de proteção de dados e por uma questão de esses próprios documentos não existirem, não poderiam ser apresentados pelos candidatos. Continuou dizendo que não sendo sarcástico, mas ironizando um pouco, o que tinha sido dito pelo Presidente da Câmara de que o documento foi lido pelo Consultor Jurídico pensa que está na altura de se mudar de Consultar Jurídico, porque são vergonhosos os erros e não se refere aos erros que fazem parte do ramo da assistência social, mas acha vergonhoso que colegas dele deixem passar um diploma que lhes é colocado a consulta com erros de português, de construção gramatical e principalmente técnica jurídica básica. -----

Seguidamente falou sobre este assunto, a secretária da Assembleia Municipal, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, afirmando que concorda com tudo o que foi dito pelo deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. Salientou ainda que a reunião correu bastante bem, o regulamento está alterado e será remetido ao departamento jurídico e posteriormente ao Presidente da Câmara. Considera que o regulamento está correto, quer em termos jurídicos, quer em termos de português, como em termos de conceitos, visto que havia uma grande confusão, pelo que se sente satisfeita com o resultado que saiu dessa reunião. -----

Interveio novamente o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para dar nota de dois pontos que se tinha esquecido e que na sua opinião são importantes de realçar. Em primeiro lugar para se congratular, a ele e à colega pelo verdadeiro trabalho autárquico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

que foi feito enquanto representantes da Assembleia Municipal. Na sua opinião é através deste tipo de situações que é possível verificar a importância que têm enquanto órgão deliberativo. A outra questão que quer esclarecer, visto que já não é a primeira vez que se ouviu isso nas reuniões da Assembleia Municipal, é que os membros enquanto deputados e presidentes de junta que estão representados, não estão sujeitos a ter que dizer alguma coisa aquando da discussão pública dos documentos. Afirma que os deputados têm ainda mais um poder se não intervirem durante o período de discussão pública podem fazê-lo aquando das reuniões das Assembleias Municipais que são realizadas durante o ano. E durante a reunião do grupo de trabalho foi mais uma vez abordada esta situação, foi referido por alguém que o regulamento esteve em discussão pública e que os deputados não disseram nada. Continua dizendo que os deputados não têm que dizer nada durante o período de discussão pública, visto que lhes é possível intervir quer no período de discussão pública quer no âmbito de uma Assembleia Municipal. Conclui a sua intervenção agradecendo à Câmara Municipal a disponibilidade das Técnicas que participaram na reunião e frisou, uma vez mais, que foi um verdadeiro trabalho da Assembleia Municipal, um trabalho diferente e que tirou um pouco mais do tempo diário, mas também é para isso que foram eleitos. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que já tem sido tema de discussão a comunicação da consulta pública aos deputados, não na perspectiva de exercício de funções, mas como cidadãos. Pelo que foi aventado, que se os serviços da Câmara Municipal fizerem chegar à Mesa nota que qualquer documento estará para discussão pública, a Mesa fará esse envio para os deputados para que como cidadãos e municípios possam intervir nesse âmbito. Termina a sua intervenção dizendo que são coisas totalmente diferentes, a intervenção como cidadãos em período de discussão pública e a apreciação no âmbito deste órgão. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por exaltar em primeiro lugar o que foi dito na última reunião da Assembleia Municipal, até porque se veio a verificar que na execução prática do regulamento apareceram alguns problemas nem tanto naquilo que são os documentos, mas na capacidade de resposta da Segurança Social, pelo que tiveram que antecipar uma deliberação relativamente ao próprio regulamento. Frisou ainda que estão a trabalhar no sentido de melhorar e de fazer as coisas da melhor forma.

O Presidente da Câmara continuou dizendo que relativamente à questão do período de discussão pública, apenas constatou o facto de o regulamento ter estado sujeito a discussões públicas e nunca ninguém apontou absolutamente nada, mas nunca lhe passou pela cabeça a veleidade de estar a dizer que alguém o deveria ter dito nessa ou noutra altura, até porque as pessoas dizem-no na altura que acham que o devem fazer. Não era nenhum tipo de recado, até porque acha que as pessoas quer seja na discussão pública, quer seja na Assembleia Municipal ou até mesmo daqui a seis meses caso tivesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

sido aprovado e se viesse a verificar por cada um dos presentes, nas diferentes funções, que o regulamento não estaria a funcionar, até aí o poderiam dizer. -----

Continuou referindo que no que respeita à questão do Consultor Jurídico, o que avaliou este regulamento há alguns anos atrás já não é o Consultor Jurídico do Município, por falecimento. De qualquer forma e independentemente de já ter falecido ou não, pensa que quando se assume opinião relativamente ao trabalho de outrem de deve ser um pouco mais moderado, frisando que é apenas a sua opinião e não um recado. -----

Interveio, mais uma vez, o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para responder ao Presidente da Câmara, dizendo que não se trata de ser moderado ou não, trata-se de ser realista. Prossegue dizendo que vai ser muito radical e que não é uma questão de opinião relativamente a uma interpretação jurídica, o que está em causa é: ou o Consultor Jurídico não tinha competência ou então nem sequer leu o regulamento, porque os erros eram básicos em termos de interpretação e técnica jurídica, erros tão graves que é inadmissível que se alguém leu aquilo os deixasse passar. Refere que não está a apreciar o trabalho de ninguém, apenas está a dizer que se realmente houve um Consultor Jurídico que visualizou o documento ou realmente percebe muito pouco da área jurídica ou nem sequer o leu, uma vez que os erros eram básicos ao nível do primeiro ano de Direito. Termina a sua intervenção dizendo que não se trata de ser ou não moderado, trata-se de ser realista, porque garante que leu o documento de fio a pavio e havia erros que bastava ler na transversal para os perceber logo, *à priori*. -----

Foi novamente dada a palavra ao Presidente da Câmara que referiu que, apenas deu a sua opinião relativamente à forma como ele entende que as coisas devem ou não devem ser ditas e voltou a frisar que cada um é livre de se expressar da forma como entende. ----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito em primeiro lugar a secretária da Assembleia Municipal, **Anabela Susana Paiva Martins de Oliveira**, para intervir em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Granja do Tedo, que assim o solicitou, por não se encontrar em condições face ao seu estado de saúde de ler o voto de pesar. Assim, foi proposto um voto de pesar pelo falecimento de Inedina Batista Pinto, cujo teor se transcreve: -----

“O Presidente da Junta de Freguesia da Granja do Tedo apresenta um voto de pesar pela morte da senhora Inedina Batista Pinto, falecida a seis de janeiro de dois mil e vinte e um, era mãe do ex-Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, Dr. José Carlos Pinto dos Santos, e sogra do senhor Vereador Manuel dos Santos Costa. Apresenta assim as suas sentidas condolências à sua família e a todos que sentem profundamente a sua ausência.”

Submetido a votação foi o voto de pesar aprovado por maioria com vinte e quatro votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o deputado **Ricardo Manuel Martins**



Alc
Luis Tab
aup

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Soares não se encontrava presente, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, que se encontrava *offline*. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que começou por referir que o tema que iria abordar também poderia ser no final em outros assuntos de interesse para o Município. Continuou dizendo que não iria pedir um voto de pesar, mas sim partilhar com os restantes membros a alegria por a avó materna fazer cem anos, exaltando o facto de existirem pessoas no concelho que chegam a esta bela idade. Gratulou ainda a Direção do Lar de Sendim por ter aberto uma exceção para a visitarem, uma vez que dadas as restrições que existem as visitas são limitadas. Concluiu dizendo que acha que é também do interesse do Município por isso ter trazido este assunto para partilhar com todos a alegria sentida neste dia por saber que a avó chegou a esta bela idade. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a partilha desta bela idade de cem anos da avó do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. Mencionou ainda que, com certeza, todos os presentes e os deputados em videoconferência partilham dessa alegria e solicita que faça chegar à senhora sua avó que a Assembleia Municipal e os seus membros lhe transmitem os sentidos parabéns e que tenha muita saúde. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no ponto um da ordem do dia e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por em primeiro lugar na pessoa do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** deixar um abraço de parabéns extensível a toda a família que estão em festa pelos cem anos da sua avó, que seja ainda durante muitos anos. É uma data marcante e felizmente ainda há pessoas que atingem esse marco fantástico dos cem anos. Deseja ainda que o próximo ano lhe possa trazer a ele, à família e a todos os presentes momentos em que possam estar presentes fisicamente com os familiares, porque infelizmente agora e fruto do que são os condicionalismos nos lares é difícil que isso aconteça. -----

O Presidente da Câmara deu conhecimento ao Plenário que relativamente à situação da Rede de Expressos, até à data desta reunião da Assembleia Municipal, ainda não obteve nenhuma resposta. Pelo que, na reunião da próxima semana irão endurecer a posição, não apenas o Município, mas também através da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) e dentro de todos os fóruns nos quais têm assento e direito, reivindicando mais uma vez o pedido de informação sobre os motivos que levaram à suspensão/extinção deste transporte. -----



Alf
David Tab
auf

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Informou ainda que no que respeita à COVID-19, o concelho ter tido um período complexo em termos de taxa de incidência, do número de casos que existiam e do número de pessoas em isolamento. Felizmente a situação melhorou à semelhança da região e do país e agora é incomparavelmente diferente daquela vivida há dois meses. Neste momento no concelho de Tabuaço existem três casos ativos, o que coloca o concelho no nível de risco moderado, apesar de não ter qualquer tipo de levantamento de restrições, até porque enquanto houver o Estado de Emergência as restrições são transversais a todos os concelhos independentemente do nível de risco. Contudo, acaba por ser bastante positivo para o concelho o facto de neste momento estar com números incomparavelmente menos preocupantes do que aquilo que acontecia há dois meses atrás. -----

Mais informou, que relativamente à legislação que foi criada para o Estado de Emergência, nomeadamente no que respeita à constituição das equipas multidisciplinares as coisas avançaram no sentido da sua concretização. Disse que a Câmara de Tabuaço tem uma equipa multidisciplinar que presta auxílio no contexto do combate e prevenção da pandemia, nomeadamente no acompanhamento dos casos positivos e de isolamento, quer também de pessoas que pelo facto de terem essas restrições de não se poderem deslocar têm alguma dificuldade em aceder a alguns tipos de bens ou serviços. Disse ainda que, entretanto, foram também criadas duas equipas que estão a ajudar a Saúde Pública, uma em Lamego e que integra os concelhos de Lamego, Armamar e Tarouca e outra em Tabuaço, a funcionar na Biblioteca Municipal e que integra os concelhos de Tabuaço, Penedono, Sernancelhe, São João da Pesqueira e Moimenta da Beira. Essas equipas estão a ajudar a Saúde Pública nos rastreios e nos contactos, nomeadamente os contactos para isolamento, na marcação de testes, nas altas e numa série de situações que permitiram libertar os médicos e as equipas de Saúde Pública para fazerem o primeiro contacto do caso positivo que permite o rastreio epidemiológico e a partir desse contacto inicial os restantes contactos são feitos por estas equipas multidisciplinares. Continuou dizendo que a criação destas duas equipas em Lamego e Tabuaço permitiu que a Saúde Pública única e exclusivamente se ocupe desses primeiros contactos, o que encurtou grandemente o tal desfasamento que foi falado há dois meses atrás. Desfasamento esse que levava a que muitas vezes os casos positivos fossem conhecidos hoje e o rastreio epidemiológico apenas fosse feito pela Saúde Pública passados três ou quatro dias, com todas as dificuldades que daí decorrem e que foram abordadas na última reunião da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu conhecimento que durante este período e enquanto Presidente do Conselho da Comunidade esteve numa reunião com o Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, o Dr. Carlos Nunes, por vários motivos, sendo que o primeiro se prendeu com o facto, de tal como foi referido na última reunião da Assembleia Municipal, se reivindicar mais uma vez a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

substituição o mais rápido possível de dois médicos de família do universo de três que existem no Agrupamento de Centros de Saúde Douro Sul (ACES Douro Sul), sendo que esses dois médicos estão já há cerca de três ou quatro meses de baixa. Continuou dizendo que ainda no final do corrente mês de fevereiro ou durante o mês de março irá ser aberto um concurso para novos médicos e que o Dr. Carlos Nunes assumiu um compromisso de tentar durante o período em que o concurso irá decorrer de colocar, nem que seja temporariamente, pelo menos um médico na Saúde Pública para acompanhar a Dra. Catarina, que é atualmente a Delegada de Saúde. Disse que outra situação discutida nessa reunião foi a referida há pouco, da exigência da constituição das equipas multidisciplinares que ajudariam nos rastreios epidemiológicos e que a legislação deste Estado de Emergência já permitia e essa situação também fruto quer da vontade da Administração Regional de Saúde (ARS) quer do ACES acabou por se concretizar na criação das duas equipas aludidas anteriormente. Foi ainda abordada a situação da vacinação, porque tinha sido comunicado que iria apenas existir um centro de vacinação ou eventualmente dois centros no ACES Douro Sul e todas as pessoas teriam que se deslocar ou para Lamego ou eventualmente para Moimenta da Beira, e nessa reunião foi colocada à inteira disposição a logística de todos os Municípios que integram o ACES Douro Sul no sentido de criar pelo menos um centro de vacinação nas Unidades Funcionais que integram o ACES Douro Sul e a ARS. À época o senhor Presidente disse que os motivos que os levaram a optar por um centro de vacinação se prendia com a logística e o armazenamento das vacinas. O que foi contraposto, visto já terem sido feitas vacinações ao domicílio, no caso dos Lares, pelo que não se entendia como justificável esse argumento de não existir um centro de vacinação em cada um dos municípios. Felizmente, a decisão da ARS e do ACES foi de anuência a essa reivindicação e foi realmente criado um centro de vacinação em cada um dos municípios. -----

Continuou dizendo que, na passada segunda-feira, se iniciou a vacinação para os maiores de oitenta anos e para os maiores de cinquenta anos com patologias associadas. Referiu que a mesma está a ser feita mediante a disponibilidade de vacinas que têm chegado e a de acordo com o agendamento que o Centro de Saúde de Tabuaço está a fazer. Deu nota que no concelho de Tabuaço já terão sido vacinadas com a primeira dose cerca de duzentas pessoas e que o Município se disponibilizou para ajudar através das equipas quer no agendamento e confirmação da vacinação, quer questionando se há necessidade de transporte para que as pessoas em indicadas para serem vacinadas. Mais disse que, para além deste universo de pessoas, também já foram inoculados os bombeiros e os elementos da Guarda Nacional Republicana. -----

O Presidente da Câmara deu ainda nota que a Câmara Municipal está a ultimar uma série de medidas que complementam o programa de apoio inicial, nomeadamente o apoio mais direto para além do programa de apoio nacional que a CIMDouro esteve a negociar e as outras situações que foram reivindicadas e que ainda estão em vigor por parte do Governo. Medidas essas que se prendem com: o apoio às empresas, principalmente no



Alc
D. António
A. C. P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

apoio às rendas e ao encerramento de estabelecimentos; a retoma turística, através de um novo plano que possa implicar por parte do município a criação de *vouchers*; a isenção de taxas; e a continuidade da campanha “É Nosso”, onde os comércios são ressarcidos dos valores dos *vouchers*. Disse que esta série de medidas serão aprovadas na próxima reunião de Câmara, porque parte delas são fruto das competências do Município e outras advêm da legislação específica dedicada a este período pandémico. Outras haverá, nomeadamente a questão da isenção das taxas, que irão ser propostas e terão que vir à reunião de abril da Assembleia Municipal para depois serem discutidas e eventualmente aprovadas ou ratificadas. -----

Informou ainda, que no âmbito do encerramento das escolas no confinamento e no regime não presencial de ensino, a Escola fez chegar ao Município uma listagem das necessidades solicitadas aos encarregados de educação. Necessidades ao nível de computadores e rede móvel para que os alunos possam assistir às aulas e independentemente daquilo que é o compromisso verbalizado variadíssimas vezes pelo nosso Governo de que iria facultar computadores a todas as crianças, a realidade é que o Município acabou por ter que estar a distribuir, mais uma vez, computadores aos alunos do escalão A e B do 1.º Ciclo. Refere que o Município e da Escola se sobrepuseram a uma tarefa que é da competência do Estado Central. Mencionou ainda que não se pode verbalizar conseqüentemente que não vai haver problema com as aulas não presenciais, porque vai haver computadores e *internet* para todos os meninos, e depois fecham-se as escolas, os meninos vão para casa e têm-se realidades absurdas de ter que se entregar quarenta, cinquenta ou sessenta computadores e isto no universo do concelho de Tabuaço, imagine-se noutras realidades proporcionalmente mais numerosas. É uma situação que espera que não se volte a repetir, pois acredita que ainda durante o mês de março as escolas irão reabrir, porque para além do número de casos de infetados poder justificar isso, existe um outro problema que são as condições que muitas destas crianças não têm em casa, nem de habitabilidade nem de estrutura familiar que lhes permita ter uma aprendizagem conseguida. Pelo que lhe parece importante, por uma questão social, que o desconfinamento a nível de escolas aconteça com a maior brevidade possível. -----

O Presidente da Câmara mais informou que relativamente à questão da COVID-19 lhe parece importante exaltar a Câmara Municipal de Nelas e a empresa *Borgstena Textile Solutions*, que através de uma parceria fizeram chegar, na semana passada, alguns milhares de máscaras cirúrgicas a todos os Municípios do distrito de Viseu. Deixou um agradecimento quer à empresa quer à Câmara Municipal de Nelas pelo facto de terem feito este donativo e transmitiu que o Município de Tabuaço já fez chegar máscaras às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho, aos Bombeiros Voluntários e dividiram dez mil máscaras percentualmente pela população que existe em cada uma das freguesias para que sejam distribuídas por cada um dos Presidentes de Junta. Ressaltou ainda que no meio de tanta coisa menos boa que acontece é importante



Alto
Amor
ceef

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

exaltar a Câmara Municipal de Nelas e a empresa *Borgstena Textile Solutions* por esta atitude. -----

Salientou ainda que durante este período foram entregues, mas não numa cerimónia presencial, desde a candidatura até à data de hoje, as bolsas de estudo do ensino superior, sendo que a partir de agora serão entregues mensalmente até ao final do ano letivo. Deu conhecimento que o valor das candidaturas é de cerca de setenta e cinco mil euros para o ano letivo de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, o que representa desde o início desta medida desde dois mil e quinze, cerca de trezentos e cinquenta mil euros de apoio do Município aos estudantes do ensino superior, o que lhe parece ser também um motivo de exaltação, até porque se trata de um investimento que tem reflexo direto numa das coisas mais importantes que se pode ter, que é a formação de cada um dos que são o futuro do concelho. -----

Por último, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Assembleia Municipal da tomada de decisão da CIMDouro sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que o Governo apresentou e que se encontra em período de discussão pública. Diz que, mais uma vez, repudiam veemente este plano, por ser desajustado das necessidades da nossa região e de regiões similares, e por neste documento não terem sido levadas em linha de conta as necessidades, planos estratégicos e de desenvolvimento apresentados pela CIMDouro. Isto porque em dois mil e dezassete a CIMDouro e todas as outras CIM's foram desafiadas pelo Ministro do Planeamento e pelo Primeiro Ministro a apresentarem, no caso da CIMDouro, o Plano Estratégico para o Douro para o final deste quadro comunitário, tendo por base a reafetação de verbas que não estavam ou que não iriam ser utilizadas e, por outro lado, o horizonte dois mil e vinte/dois mil e trinta. Refere que a CIMDouro foi a primeira a apresentar em dois mil e dezassete o seu Plano Estratégico para a década dois mil e vinte/dois mil e trinta, tendo definido quatro ou cinco pilares que eram os mais importantes, nomeadamente a nível das acessibilidades, como a Linha do Douro, o *Douro Inland Waterway*, que é um projeto que permite uma utilização maior do rio não apenas pelo turismo, mas também como autoestrada para o transporte de mercadorias e passageiros. -----

Continua dizendo que este PRR foi apresentado variadíssimas vezes e nada do que foi dito pela CIMDouro de há três anos a esta parte aparece no que o Governo tem vindo a apresentar. E, mais uma vez, vem aí dinheiro, a tal bazuca, e é apresentado um Plano de Recuperação e Resiliência que envia dinheiro para a ferrovia, mas ferrovia no litoral, envia dinheiro para Metros, envia dinheiro para mobilidade e transporte dos grandes centros e mais uma vez esquece-se de regiões como o Douro. E isto começa a ser frustrante para todos os concelhos que integram a CIMDouro, porque a riqueza que é produzida no Douro não é ressarcida pelo que é o investimento nacional, aliás não existe investimento nacional na região do Douro há dezenas de anos, o único investimento que existe é de Fundos Comunitários. Atualmente existe um desinvestimento, que não é exclusivo deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Governo, e cada vez que existe um plano destes onde há milhões de euros que são canalizados para uma série de setores e não para esta região é uma oportunidade que se está a perder. E infelizmente acredita que os números dos CENSOS 2021 vão ser assustadores para o país e para realidades como as do concelho de Tabuaço, porque basta pensar-se que no concelho de Tabuaço se tem uma realidade em que por ano, em média, morrem cerca de oitenta pessoas e nascem menos de trinta e para além desta realidade demográfica existe uma crónica falta de capacidade de fixar muitas das pessoas que têm formação. Na sua opinião enquanto não houver uma estratégia política de desígnio nacional no sentido de inverter isto, não são as medidas que as Câmaras Municipais tomam, muitas das vezes até de uma forma avulsa, que levarão a que esta realidade se inverta. -----

O Presidente da Câmara conclui esta intervenção dando conhecimento que ficou deliberado pela CIMDouro fazer chegar a cada uma das Assembleias Municipais o conteúdo deste texto, contudo e caso ainda não tenha sido feito, a Câmara Municipal fará chegar o mesmo à Assembleia Municipal depois da próxima reunião de Câmara. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e comunicou que a CIMDouro ainda não remeteu qualquer informação à Assembleia Municipal, pelo que agradece se o Presidente da Câmara tiver essa possibilidade de a fazer chegar, para que a mesma possa ser remetida aos deputados. Posteriormente abriu inscrições para o debate. -----

O deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para expor quatro ou cinco pontos que acha relevantes. O primeiro relativamente à questão apresentada pelo Presidente da Câmara e que será apresentada na próxima reunião da Assembleia Municipal em abril que é a questão do benefício fiscal de taxas para empresas. Espera que o processo dessa atribuição seja o mais transparente possível, no sentido em que as regras sejam bem claras, para que se possa analisar a situação e para que não haja um aproveitamento por parte das empresas, porque vivemos num país de subsídio-dependentes nessa área. Fala por experiência própria porque trabalha na Direção Geral de Energia e sabe como essas coisas são. Pelo que espera que seja atribuído um benefício fiscal àqueles que realmente necessitam e que precisem para que a atividade continue a funcionar. A segunda questão tem a ver com o que o Presidente da Câmara referiu relativamente aos computadores, achando caricato e leva-o a pensar que nunca este país teve um Governo tão incompetente. Diz que a medida dos computadores lhe causa impressão desde o início, porque não é só o Presidente da Câmara que fala nesta questão, muitas Câmaras se depararam com o mesmo problema. Na sua opinião a questão das aulas não presenciais irá causar muitas desigualdades e ainda não se sabe, mas irá saber-se daqui a uns anos, o mal que isto vai provocar às crianças. Mas o que está aqui em causa é que as Câmaras, e falando desta em concreto com o poder económico limitado que têm, são obrigadas a fornecer computadores às crianças, mas ainda bem



Alc
Luis
auf

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

que o fazem, porque se não pior seria a situação destas crianças. Embora tenha a certeza absoluta de que nem tudo será resolvido, porque em muitas das situações o acesso à *internet* continua a ser miserável. O que lhe ficou em dúvida é que como os computadores que são fornecidos a nível central têm que ser devolvidos no final, o que em algumas situações isso seja correto porque há criança que recebem computador e até já têm um, questiona sobre o que vai acontecer a estes computadores que a Câmara forneceu às crianças. Outro ponto que acha relevante é dar os parabéns à Câmara pelas bolsas de estudo atribuídas, apesar de ter pena que esses valores sejam cada vez menores devido ao problema final que o Presidente da Câmara acabou por falar que é a tristeza, a catástrofe na diminuição da população a que estamos infelizmente sujeitos. E para terminar, o último ponto que foi abordado pelo Presidente da Câmara e diz que lhe apetece ser cada vez mais radical, porque não entende como é possível haver um Plano de Recuperação, que é um remendo e que este Governo está todo contente, porque vai colmatar os investimentos públicos que deveriam ter sido feitos e que não foram feitos ao longo destes anos todos. Apesar de estas verbas virem para outras questões que não deveriam ser estas, por exemplo, a coesão das regiões mais desfavorecidas como o concelho de Tabuaço, e não está em causa se é produzida riqueza ou não, embora isso seja uma mais-valia, são cidadãos portugueses que vivem e que vêm visitar o concelho e cidadãos que se calhar gostariam de continuar a viver cá ou gostariam de vir viver para cá. Questiona o facto de que se não há investimento público, se não há vias de comunicação, se não há de transporte, se não há uma coesão regional, quando os investimentos são feitos o que é que isso vem colmatar. Na sua opinião são investimentos que não foram feitos durante quatro ou cinco anos. Continua dizendo que já leu e se debruçou um pouco sobre o documento de cento e quarenta páginas onde este Plano está plasmado e diz que é vergonhoso não se falar em cultura, não se falar praticamente em educação e em saúde, áreas em que muitas zonas do território precisam de tanto investimento. Ou tal como foi dito pelo Presidente da Câmara, a Linha do Douro que mais uma vez vai ficar esquecida e não é alternativa à falta de Expresso, porque já foi para Lisboa na Linha do Douro e é uma excursão terrível, tem que se mudar no Porto e demora-se quase sete horas a chegar a Lisboa. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho**, que começou por referir que iria ser direto e incisivo nas duas pequenas apertações que iria fazer. A primeira à Secretária da Mesa da Assembleia pelo gosto que teve em ouvi-la no timbre cálido da sua voz e ao mesmo tempo no ímpeto em que leu a ata e não houve aí resiliência nem resistência, mas houve setenta e cinco minutos sem se deixar envolver por perdas, parágrafos ou enganos. Diz que lhe apetece dizer pessoal e institucionalmente que no fim lhe faltou o fôlego só de a ouvir tão ritmadamente e tão quase entusiasticamente fazer a leitura durante quase setenta e cinco minutos consecutivos. Continua dizendo que se associou, naturalmente, ao voto de pesar, e que apesar de não ter havido nenhuma proposta de voto, se calhar o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** poderia perfeitamente apresentar esse voto apesar de não estar na



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

tradição da Assembleia Municipal, pelo que tangencialmente se associa a esse voto de regozijo e de congratulação, um louvor à vida. Cem anos de existência e de luta, certamente de amarguras e de sonhos, de gostos, de derrotas, mas de muitas vitórias. Cem anos que lhe fazem alguma inveja, pois gostaria de chegar um bocadinho mais do que aquilo a que já chegou, de ter um bocadinho mais de tempo de ver a prole um bocadinho mais desenvolvida e de ver o país, o município e todos mais desenvolvidos. E, como se falou nisso, de ver a oposição um pouco mais desenvolvida, porque se o Governo não presta a oposição também não sabe muito bem onde irá chegar com as coisas que anda a fazer. Concluiu a sua intervenção referindo que não tem, nem lhe chegou às mãos qualquer informação escrita do Presidente da Câmara. Ouvia com atenção os pontos abordados, alguns delongadamente e se agradece por serem tocados, também não deixa de fazer um apelo à capacidade de síntese interventiva não só do Presidente da Câmara, mas também de cada um dos membros da Assembleia Municipal. Não sabe se lhe escapou alguma coisa por não ter a informação escrita do Presidente da Câmara, porque certamente fez mais coisas desde a última reunião até hoje do que os pontos que aqui foram abordados. -----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou da palavra para referir que em relação à informação escrita não foi entregue ao deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** por ter sido apenas enviada via *e-mail* na passada quarta-feira, solicitando aos serviços para entregarem uma cópia ao deputado. -----

No seguimento das intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, que informou o Plenário, que relativamente à questão da Rede Expressos e após quatro meses do envio da carta, obteve resposta da Autoridade de Mobilidade dos Transportes. Que se passa a citar: -----

*“Antes de mais agradecemos a comunicação de Vossa Excelência, de referir a título de enquadramento que o serviço expresso nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2019, de 19 de novembro são serviços comerciais explorados por conta e risco dos operadores e não são alvo de qualquer subvenção pública ao contrário dos transportes públicos locais, urbanos ou interurbanos considerados serviços públicos essenciais e que suprem as necessidades diárias de deslocação casa-trabalho, escola-casa. Nesse sentido, a redução da oferta face à procura tem enquadramento legal estando diretamente dependente de medidas restritivas de saúde pública determinadas pelo Governo. Tais medidas levaram a reduções de procura na ordem dos noventa por cento, afigurando-se a sustentabilidade de tais serviços apenas dependente de receitas é colocado em causa. Assim, apenas com o aliviar de tais medidas e com o conseqüente aumento da procura se espera que a rede inicial possa ser gradualmente retomada. -----
Com os melhores cumprimentos, -----
O Presidente do Conselho de Administração, João Carvalho” -----*



Alf
Luis Tab
auf

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Continua dizendo que a Junta de Freguesia de Sendim aguarda a resposta da empresa Rede Expressos e do Ministro das Infraestruturas e apela à união e força de todos, porque na sua opinião seguramente este serviço deixará de existir. -----

Após as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas, começando por responder que no que respeita à questão das medidas de isenção de taxas estas são mais a nível de urbanismo, até porque as medidas de apoio económico podem ser aprovadas diretamente pela Câmara Municipal, apesar de poderem ser trazidas para conhecimento da Assembleia Municipal. A lógica é que essas medidas sejam atribuídas mediante aquilo que é a quebra de faturação e o encerramento do estabelecimento, as empresas têm que cumprir estas condições. Diz que se está a trabalhar na forma mais clara e simples de se fazer a candidatura para que não seja um processo burocrático, mas também que seja o mais transparente, claro, simples e justo. -----

No que concerne à questão dos computadores, disse que quando os meninos regressarem às aulas, a quinze de março, os computadores serão devolvidos ao Município, havendo um termo de responsabilização por parte de quem recebe o computador, que terá que devolver. Esses computadores serão utilizados noutras atividades e/ou diferentes projetos que a escola realize. -----

Relativamente à questão da Rede Expressos diz que apesar de o Município ainda não ter recebido qualquer resposta, o que o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** referiu vai de encontro ao que se esperava, uma resposta vaga e não que não augura boas notícias. Conclui dizendo que na próxima reunião de Câmara irá voltar a insistir nessa situação e de uma forma mais dura. -----

Foi dada a palavra novamente ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que sugeriu à Câmara Municipal, caso seja possível, e em coordenação com o Gabinete de Ação Social, deixar alguns dos meninos ficarem com os computadores, porque haverá casos em que se os devolverem não conseguirão ter as mesmas possibilidades de acesso à informação. Relativamente à Rede Expresso afirma que o *e-mail* não diz nada e que parece que querem colocar mais um subsídio em cima dos ombros do Presidente da Câmara pois só se houver uma subsidiação por parte do Município é que parece que o expresso vai voltar. E questiona se isto não é serviço de interesse económico geral. Porque se há subsidiação de um avião que vai de Lisboa para Bragança, se a nível central há subsídios para linhas de comboio porque não são viáveis economicamente. Não entende porque é que o concelho continua a ser discriminado porque o expresso era o único transporte que havia e como era utilizador frequente não acredita que não tenha viabilidade económica nem que tenha havido uma quebra de noventa por cento. Pede ainda desculpa por discordar de duas coisas que foram referidas na última reunião relativamente a este assunto, por achar que são duas opiniões que acabam por reduzir um pouco o âmbito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

desta reivindicação. Foi a questão de um deputado ter dito que apesar de tudo Tabuaço está perto do Peso da Régua e volta a referir que a viagem de comboio é terrível, porque já a fez e garante que não é praticável nem viável pelo tempo que demora e pelo cansaço e além disso não há transportes viáveis para ir de Tabuaço para o Peso da Régua. A outra questão com a qual também não concorda foi quando o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** disse que o expresso faz falta principalmente aos idosos, na sua opinião o expresso faz falta a toda a gente, não se pode afunilar a questão. Continua dizendo que tem que se ser mais radical e dizer que isto é um serviço que faz falta a todo o Município e os recursos que existem não são praticáveis, nem viáveis, nem dão a mesma comodidade, nem a mesma capacidade de receber, levar e de continuar a que as pessoas estejam aqui estabelecidas e que outras venham visitar o concelho. Refere ainda que só por estar à espera destas respostas é que ainda não trouxe a petição que faz questão de trazer ao Município. Por último questiona o Presidente da Assembleia Municipal se no que respeita ao que foi deliberado pela Assembleia Municipal relativamente a esta questão se a tomada de decisão já foi enviada e se já houve alguma resposta. -----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou da palavra para referir que a tomada de decisão ainda não foi enviada porque tinha ficado acordado que o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** iria fazer chegar uma posição que a Assembleia Municipal pudesse tomar como sua. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para responder à intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** dizendo que se referiu aos idosos e jovens estudantes porque eram esses os que utilizavam maioritariamente o autocarro, mas quando falou foi pela população toda até porque o expresso era utilizado por várias pessoas pertencentes às freguesias à volta de Sendim. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** para responder à intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** visto ter sido ele quem disse que o Peso da Régua é perto de Tabuaço e disse-o no sentido de que se efetivamente os transportes rodoviários acabarem há uma alternativa, independentemente de demorar muito ou pouco tempo, existe uma alternativa apesar de certamente não ser a ideal. -----

Terminadas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos por um intervalo de cinco minutos, recomeçando às dezassete horas e vinte minutos. -----

Retomando os trabalhos agendados, passou-se para o **ponto dois** sobre a **apreciação do relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano de 2020.** -----



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Relativamente a este ponto, o referido relatório foi enviado previamente aos membros da Assembleia Municipal e sendo este ponto colocado a discussão não houve qualquer inscrição. -----

Continuando com os trabalhos agendados passou-se para o **ponto três** sobre a **apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município nos anos de 2020 e 2021.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por dar nota que à semelhança do que aconteceu nos outros biénios, trata-se de um procedimento que a legislação obriga de que também a Assembleia Municipal se pronuncie na votação desta nomeação. Disse ainda que o Revisor Oficial de Contas (ROC) em causa é o mesmo, o Dr. Nuno Filipe Lopes Moutinho, que já está a prestar serviço na autarquia desde dois mil e catorze, desde que a legislação obrigou a que os Municípios tivessem um ROC a certificar as suas contas. Conclui dizendo que atendendo à competência e ao trabalho efetuado que tem sido positivo, tal como tem sido apreciado nas reuniões da Assembleia Municipal cada vez que há a discussão e aprovação das contas, entende que deve continuar a ser ele o auditor externo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

O deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** usou da palavra para mencionar que lhe parece haver um paradoxo, porque é autorizada a abertura do procedimento pré-contratual, houve uma candidatura e depois foi feita a aquisição de serviços, adjudicada a onze de fevereiro. Continua dizendo que se trata apenas de um desabafo não é descontentamento nem nada, mas agora vem a Assembleia Municipal encher o verbo, porque é o que está na lei. Nem é um pleonasma, nem é uma redundância, pelo que está escrito, pelo que diz a lei já foi feita a adjudicação e agora vai ser nomeada a adjudicação que já está feita. Diz que admira o trabalho e a tramitação tida para chegar a isto, mas é mais do mesmo e vão votar aquilo que está feito. -----

Para responder à intervenção, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que não sabia se era a primeira vez que o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** participava numa discussão relativamente a esta situação e se cada vez que isto acontece é esta a posição que toma. Disse ainda que este é o procedimento legal que os serviços da Câmara entendem que tem que ser feito. A Câmara assume aquilo que a lei diz, que é efetuar o convite, apresentar aquilo que é a adjudicação do serviço, se a Assembleia Municipal votar contra esta nomeação a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

desfaz aquilo que está feito. Não entende qual é o problema relativamente a isto, até porque é este o procedimento legal entendido pelos serviços de contratação pública e da direção financeira. É uma proposta de aquisição de serviços que a Câmara faz todo o processo no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, que depois tem o poder de deliberando aceitar ou não aceitar, e se eventualmente não aceitar ter-se-á de voltar à estaca zero e fazê-lo novamente. -----

Interveio novamente o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** para dizer que não desmerecendo o que foi dito pelo Presidente da Câmara dispensa, porque acabou de dizer o que foi dito pelo Presidente da Câmara. Já várias vezes interveio sublinhando que é pleonástico, não está aqui para obstaculizar, mas o que está aqui em causa, percebeu perfeitamente e dispensa quaisquer comentários sobre as suas posições anteriores que foram semelhantes a esta nas outras proposições, é que é pena, mas tem que ser assim e não vale a pena perder mais tempo. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, para esclarecer que se interpretou bem, tal como referiu o Presidente da Câmara é uma proposta apresentada à Assembleia Municipal e a dúvida do deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** se calhar é essa: se se trata de uma proposta ou se o serviço já foi efetivamente adjudicado pela Câmara. A questão está aí, é a diferença entre uma proposta que é apresentada à Assembleia Municipal, isto é uma formalidade que está na lei, que aprova ou não, e o serviço é depois adjudicado pela Câmara. -----

Foi dada a palavra novamente ao Presidente da Câmara que começou por solicitar a explicação do procedimento pelo Dr. Paulo Moita. Continua dizendo que o problema não foi levantado por ele e se é uma questão única e exclusivamente de não entenderem a legalidade ou a forma como a lei está feita, porque uma coisa é dizer que o procedimento foi mal feito, o que presume que não é isso que está a acontecer, no fundo estão a levantar a questão de que o procedimento está a ser feito desta forma, mas a legislação eventualmente deveria ir noutro sentido. Também lhe parece que é extemporâneo estar neste fórum a debater se a lei muda ou não. -----

Interveio, mais uma vez, o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** para dizer que quer votar por estar devidamente esclarecido. Diz que apenas desabafou por achar um bocadinho estranho isto que está na lei, não está contra a lei, é isto que está na lei e foi cumprido todo o procedimento legal na sua tramitação. Diz ainda que apenas queria apressar as coisas e acabou por atrasar ainda mais a votação. -----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para afirmar que não ficou esclarecido e que pretende que o Dr. Paulo Moita, Chefe da Equipa Multidisciplinar, que é o responsável pelo procedimento, preste esclarecimentos à Assembleia Municipal. Até



APR
P. M. T. M.
ocf

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

porque se é assim e se o procedimento normal, regulamentar e legal é esse, o plenário tem de ser cabalmente esclarecido. -----

Interveio novamente ao Presidente da Câmara para referir que apenas falou porque foi levantada uma questão referente ao procedimento que está a ser feito. Refere que o deputado não pode dizer que queria apressar as coisas, porque se realmente a sua intervenção não tinha qualquer tipo de relevância, tal não deveria ter sido chamado à liça e entende que deve defender os serviços, querendo que fique claro que isto não é um problema de legalidade, mas sim um procedimento a partir do entendimento que se tem da lei que é legislada por quem de direito. Diz ainda que a partir do momento em que esta situação é levantada quer, enquanto representante dos funcionários, que indicam que seja desta forma, que fique claro na Assembleia Municipal qual é a posição. Questiona se isto tem a ver com o não concordar com esta legislação ou com o entender que o Município está a fazer mal o procedimento. Daí ter solicitado que o Dr. Paulo Moita, enquanto representante e responsável por esta situação, explique o procedimento. Continua dizendo que o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** pode estar perfeitamente esclarecido, mas pode haver eventualmente outros deputados que por causa de toda esta conversa terem um entendimento distinto daquilo que teriam no início da discussão. -----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para solicitar um pedido de esclarecimento ao Dr. Paulo Moita, uma vez que se está a fazer a discussão da proposta de nomeação do auditor externo e levantou-se a questão em Plenário de que a aquisição dos serviços do Dr. Nuno Filipe Lopes Moutinho já foi adjudicada no dia onze de fevereiro, portanto, previamente à posição tomada por esta Assembleia. E o pedido de esclarecimento vem nesse sentido, como é que a adjudicação é feita em momento prévio à tomada de posição desta Assembleia. -----

Foi dada a palavra ao **Dr. Paulo Moita**, que disse que este é o procedimento normal, o qual sempre foi efetuado desta forma, por força daquilo que decorre da lei em vigência. Mais referiu que uma coisa tem a ver com a aquisição dos serviços e aí parece-lhe, salvo melhor e mais bem fundamentada opinião, que a abertura e demais tramitação processual é da competência do Presidente da Câmara ou do órgão executivo e não do órgão deliberativo. Este assunto apenas e só foi submetido à apreciação da Assembleia Municipal, porque o artigo 77.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estipula que antes de se outorgar o respetivo contrato a Câmara Municipal submete uma proposta à Assembleia Municipal para efeitos de nomeação do auditor externo (Revisor Oficial de Contas). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para referir que pelo que entendeu a adjudicação da aquisição de serviços foi feita e a assinatura do contrato ficará, assim, dependente da pronúncia do órgão deliberativo para que seja efetivada. ----

O **Dr. Paulo Moita** interveio novamente para dizer que era exatamente aquilo que tinha sido referido pelo Presidente da Assembleia. Isto é, o procedimento de contratação pública decorreu os seus trâmites normais até à adjudicação e a outorga do contrato ficará dependente da pronúncia favorável da Assembleia Municipal, nomeadamente da aprovação da nomeação do Revisor Oficial de Contas, visto que esta competência recai sobre o órgão deliberativo e só posteriormente à tomada desta decisão (favorável) é que se outorga o contrato. -----

Interveio novamente o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para afirmar que a sua intervenção foi para tentar esclarecer a falta de entendimento ou o questionar desta situação pelo deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho**, porque ele estava esclarecido, percebeu perfeitamente que é um ato concursal que foi feito por parte do Executivo e a Assembleia Municipal vai aprovar a nomeação, ou seja, a colocação efetiva do contrato em prática. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal disse que, neste caso, mais do que esta questão, foi a colocação em causa deste órgão. Se estariam aqui só para ratificar uma situação ou se teriam plenos poderes para aceitar ou rejeitar esta assunção de compromisso com o Revisor Oficial de Contas. Disse ainda que está esclarecido que a contratação é competência executiva, foi tramitada conforme são as regras e a conclusão com a assinatura do contrato só é possível em concordância com este órgão. -----

Não havendo intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado por maioria com vinte e cinco votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o representante da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, se encontrava *offline*. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto quatro - outros assuntos de interesse para o Município** da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para questionar em simultâneo o Executivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim acerca do andamento de duas questões que foram abordadas na reunião anterior. A primeira tem a ver com a ocupação do espaço público de forma ilegal na freguesia de Sendim e a outra é a questão das obras do mercado, em que um dos pontos que frisou foi o desnivelamento da tampa de esgoto que já se encontra arranjado, no entanto, e segundo o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim disse que tinha sido feita uma reunião com o empreiteiro e que as pedras rampeadas já estavam encomendadas, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

certo é que a situação se mantém e quer saber qual é o desenvolvimento e se não será necessário continuar a pressionar para que essa situação seja arranjada. -----

No seguimento da intervenção, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para dar conta que as tampas de esgoto e água já foram arrançadas e relativamente às pedras em granito elas estão encomendadas, mas a empresa de granitos está com dificuldade em fazer a entrega, porque devido à pandemia está a trabalhar com menos pessoal, mas estão a fazer o possível para que sejam colocadas o mais rápido possível. No que diz respeito à ocupação da via pública, tem estado em conversações com o Presidente da Câmara e o Engenheiro Pedro Fonseca para que essa situação seja resolvida com a maior brevidade possível. -----

Seguidamente interveio o Presidente da Câmara para mencionar que o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim transmitiu a posição das duas situações e até de uma forma mais assertiva relativamente à questão da obra do que aquilo que ele próprio poderia responder, pelo que não tem nada a acrescentar. -----

Tomando a palavra o Presidente da Assembleia Municipal informou os deputados que estavam em videoconferência que, por norma, nesta reunião ordinária de fevereiro o Município procede ao pagamento das senhas de presença, facto que ocorreu aos presentes. E solicita a quem está ausente para que a partir de segunda-feira se dirijam aos serviços da Divisão Financeira do município para fazerem a recolha do respetivo pagamento. -----

Seguidamente a Secretária, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata que após votação foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos favoráveis e a abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, que justificou a sua abstenção pelo facto de ter tido problemas técnicos e não ter conseguido seguir a reunião toda. De referir ainda que no momento da votação, o representante da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, se encontrava *offline*. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezoito horas e cinco minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Álvaro Correia Soares Martinho

1.º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho

Anabela Susana Paiva Martins Oliveira

2.º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira